



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



**ALEXANDRE MARQUES DE FREITAS**

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA CRISE DAS  
INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**PATO BRANCO-PR**

**2014**

**ALEXANDRE MARQUES DE FREITAS**

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA CRISE DAS INSTITUIÇÕES  
DISCIPLINARES**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino à Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR –*Câmpus* Pato Branco.

Orientadora: Prof. MSc. Giovanna Pezarico

**PATO BRANCO-PR**

**2014**



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Especialização em Gestão Pública



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

**As políticas educacionais no contexto da crise das instituições disciplinares**

Por

**Alexandre Marques de Freitas**

Esta monografia foi apresentada às 21h05 do dia 21 de março de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Câmpus* Pato Branco. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho .....

---

Profa. *M.Sc* Giovanna Pezarico  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco  
(orientadora)

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

---

Profa. *M.Sc* Audrey Merlin Leonardi de Aguiar  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

---

Prof *M.Sc*. Jozeane Iop  
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras que acreditam  
em uma educação livre do autoritarismo,  
que contribua para a emancipação  
intelectual e que não  
sirva somente à reprodução de desigualdades.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo exemplo de vida, que ainda hoje serve de guia para cada uma das minhas ações.

Ao meu pai, Senhor Jorge, leitor obstinado e trabalhador competente. Seu talento e honestidade sempre foram para mim objeto de grande admiração.

As mulheres da minha família, cujo caráter, determinação e amor foram fundamentais para que eu pudesse perseverar na busca da superação dos desafios impostos pela vida.

À minha esposa pelo apoio, paciência e companheirismo.

Ao meu filho Davi, cuja existência me dá forças para enfrentar o cotidiano, muitas vezes extenuante, a que todos nós, educadores, estamos submetidos.

Aos meus irmãos Anselmo, Jorge, Sibebe e Samanta; o seu amor e apoio sempre foram essenciais.

À minha orientadora, professora Giovanna Pezarico, pelas contribuições, correções e pela disponibilidade que demonstrou nos diversos momentos em que precisei de ajuda.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Câmpus* Pato Branco.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação, especialmente a Leila, cuja competência e simpatia tornaram este curso uma experiência muito agradável.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta monografia.

*“As escolas qualificam e,  
portanto, desqualificam.  
E elas fazem o desqualificado  
aceitar a sua própria sujeição.”*

*Ivan Illich*

## RESUMO

FREITAS, Alexandre Marques de. As políticas educacionais no contexto da crise das instituições disciplinares. 2013. 45. f. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

Michel Foucault faz alusão a três modelos de sociedades que constituem formas distintas de exercício de poder: as sociedades de soberania, as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. A sociedade disciplinar, que forneceu o substrato das instituições da modernidade, utiliza métodos para os quais concorrem o adestramento, a vigilância, o confinamento e o exame. Neste contexto, a família, a escola, o hospital, a caserna e o presídio, funcionam segundo uma mesma lógica, embora em circunstâncias peculiares. O seu objetivo comum seria a produção de corpos dóceis e úteis. Deleuze observou uma crise generalizada dos meios de confinamento, decorrente, sobretudo, das modernas tecnologias de comunicação e informação. Os muros que definiam as instituições se tornaram frágeis, não permitindo uma distinção clara entre o “dentro e o fora”. A possibilidade de comunicação em tempo real e a disseminação de informações pelas redes sociais, dentre outros fatores, contribuíram para promover uma privatização do espaço público, na medida em que permitiram que um indivíduo “esteja “ em mais de um lugar ao mesmo tempo. Tais circunstâncias suscitaram a necessidade de revisão do papel das instituições nesta nova configuração, chamada de sociedade de controle. Nos limites deste texto procurar-se-á discutir os principais mecanismos de poder que constituíram a escola e os principais discursos a ela vinculados. Também serão analisadas as principais características das instituições educacionais contemporâneas, evidenciando os aspectos que se mantiveram estáticos e suas principais mudanças. Finalmente, far-se-á uma discussão sobre o futuro da escola num mundo repleto de outras tecnologias disciplinadoras mais eficazes e baratas que as escolas tradicionais.

**Palavras-chave:** educação, sociedade disciplinar, constituição de sujeitos, escola.

As políticas educacionais no contexto da crise das instituições disciplinares

## **ABSTRACT**

FREITAS, Alexandre Marques de . Educational policies in the context of the crisis of disciplinary institutions. 2013. 45. f. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

Michel Foucault alludes to three models of societies that constitute different ways of exercising power: the societies of sovereignty, disciplinary societies and the societies of control. The disciplinary society, which provided the substrate of the institutions of modernity, which uses methods to compete dressage, surveillance, containment and examination. In this context, family, school, hospital, barracks and prison , operate according to the same logic , albeit in peculiar circumstances . Their common goal would be the production of docile and useful bodies. Deleuze observed a generalized crisis of the means of containment, due in particular to the modern technologies of communication and information. The walls that defined the institutions have become fragile, not allowing a clear distinction between the " inside and outside". The possibility of real-time communication and dissemination of information through social networks, among other factors, contributed to promote the privatization of public space, in that it allowed an individual " is" in more than one place at a time. These circumstances have raised the need to review the role of institutions in this new configuration, called a society of control. Within the limits of this text we will discuss the main mechanisms of power that constituted the school and the main discourses related to it. Also will be analyzed the main characteristics of contemporary educational institutions, highlighting aspects that have remained static and its major changes . Finally, we will make a discussion on the future of a school in a world full of other disciplinary technologies more effective and cheaper than traditional schools.

**Keywords: education, disciplinary society, constitution of subjects, school.**



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	17
2.1 Objetivo Geral .....	17
2.2 Objetivos Específicos .....	18
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
3.1 Sociedade disciplinar e sociedade de controle .....	18
3.2 O panoptismo .....	24
3.3 Escola, sociedade disciplinar e sociedade de controle .....	25
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	33
4.1 A pesquisa bibliográfica .....	33
4.2 Foucault e a genealogia .....	34
<b>5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	36
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	400
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem o objetivo de discutir as políticas de subjetivação na sociedade moderna através da análise da gênese, consolidação e enfraquecimento das instituições disciplinares. Estas foram encarregadas de moldar os indivíduos segundo critérios que atendessem aos interesses do mundo capitalista que emergiu das Revoluções Burguesas. Interessa-nos demonstrar como as tecnologias de poder que caracterizaram o processo de institucionalização do homem ultrapassaram os muros que circunscreviam as instituições e encontram-se disseminadas na sociedade. A escola foi, de todas as instituições, aquela que maior responsabilidade assumiu no processo de formação do sujeito da modernidade e, por este motivo, ela será o foco de discussão deste trabalho.

Michel Foucault (1974) descreve em *A verdade e as formas jurídicas*, o modo de funcionamento característico das instituições na modernidade, num modelo de organização que surge no fim do século XVIII e que ele vai definir como sociedade disciplinar. Esta pode ser definida como “um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta” (MUCHAIL, 1985, p. 198)

Na sociedade disciplinar, o poder se exerce não somente por meio da repressão, mas pelo adestramento, pela produção de comportamentos e de indivíduos que devem agir conforme a normalidade. Segundo Michail (1985), o panóptico é a estrutura arquitetônica característica da sociedade disciplinar e foi pensado para garantir, de forma eficaz, a vigilância e o controle. De alguma forma, o panoptismo vai se fazer presente em todas as instituições da modernidade. As disciplinas vão se desdobrar, ainda segundo Foucault, numa nova tecnologia de poder que ele vai denominar como biopolítica da espécie humana. Este é um poder cujo objetivo é tutelar a vida biológica dos povos, procurando gerenciar os indivíduos durante toda a sua existência (MARTINS, 2006).

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico,

no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 2007, p. 80).

A medicina social é uma criação da modernidade e o seu surgimento está profundamente relacionado à necessidade de produzir corpos saudáveis que atendam aos interesses de consolidação do estado moderno. Antes que a sociedade se visse envolvida em um processo de subjetivação em massa, é a própria atividade médica que vai passar por um processo de normalização. É na Alemanha do século XVIII que vai ter início a padronização de procedimentos e da formação dos médicos. Ali começam a ser produzidas as estatísticas sobre endemias e epidemias e constitui-se um corpo de funcionários administrativos cuja função é acompanhar a atividade médica de forma pormenorizada (FOUCAULT, 2007).

Desta forma, o poder, através de mecanismos dos quais a medicina social é apenas um dos exemplos, atravessa todo o tecido social impondo sua força aos corpos, aos quais visa disciplinar e à própria vida, à qual visa regulamentar. Neste ponto, é fundamental ressaltar que Foucault não se preocupou criar um novo conceito para o poder. Procurando fugir das tradições jurídica e marxista, Foucault nos traz a seguinte reflexão acerca do poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo ante a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não têm”; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança (FOUCAULT, 1987, p.30).

Neste processo, vale questionar qual lugar nossa subjetividade, nossas personalidades, sentimentos e relacionamentos, vão ocupar. Ao contrário do que

possa parecer numa avaliação superficial, estas questões não são privadas, se isso significar que elas não são objeto de poder.

Na sociedade contemporânea, a alma do cidadão entrou na prática de governo e no discurso político. Mais do que isso, a administração da subjetividade vai se tornar uma tarefa central na organização moderna. Vamos verificar a partir daí, o nascimento de uma nova expertise, uma expertise da subjetividade. Podemos acompanhar o surgimento de toda uma gama de profissionais: psicólogos, psicólogos clínicos, educacionais e ocupacionais, assistentes sociais, psiquiatras, todos reivindicando um certo saber sobre o eu. Tais especialistas vão ser recrutados para as mais diversas tarefas, que vão desde a aplicação de exames para a emissão de carteiras de habilitação até o acompanhamento de presos em liberdade condicional (ROSE, 1998).

No momento em que a população passa a fazer parte das preocupações políticas, questões como as taxas de natalidade, de mortalidade, a longevidade e as doenças diversas vão se tornar alvo da ação governamental. Os saberes sobre a subjetividade e a intersubjetividade têm seu nascimento ligado à constatação de que tais conhecimentos eram essenciais para o sucesso dos novos programas que visavam ao governo do indivíduo.

As tecnologias da subjetividade vão permitir que através do automonitoramento e da auto-inspeção possamos nos avaliar segundo critérios que nos são exteriores.

Na sociedade contemporânea, a lógica disciplinar também está presente, porém, ela assume novas formas. De acordo com Deleuze (1992), as instituições que foram as principais encarregadas de propagar o modelo disciplinar, dentre elas a o hospício, a prisão e a escola, estão em ruínas. Houve uma generalização de suas práticas e sua lógica atravessa todo o tecido social. “A passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza inicialmente pelo desmoronamento dos muros que definem as instituições” (HARDT, 2000, p.358 ).

Com as novas tecnologias de informação e comunicação, além do enfraquecimento das fronteiras que delimitavam as instituições, vemos também uma mudança no padrão das relações humanas.

O advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais frequentes e mais banais, mais intensas e mais breves. As conexões tendem a ser demasiado breves e banais para se poderem condensar em laços. Centradas no negócio à mão, estão protegidas da possibilidade de extrapolar e engajar os

parceiros além do tempo e do tópico da mensagem digitada e lida - ao contrário daquilo que os relacionamentos humanos, notoriamente difusos e vorazes, são conhecidos por perpetrar. Os contatos exigem menos tempo e esforço para serem estabelecidos, e também para serem rompidos. A distância não é obstáculo para se entrar em contato - mas entrar em contato não é obstáculo para se permanecer à distância. Os espasmos da proximidade virtual terminam, idealmente, sem sobras nem sedimentos permanentes. Esta pode ser encerrada, real e metaforicamente, sem nada mais do que o premir de um botão. (BAUMAN,2004, p.82)

O surgimento de um padrão virtual de relacionamentos permitiu que os vínculos pudessem ser criados e desfeitos com uma velocidade imensa e isso trouxe a necessidade de se constituir uma forma de exercício de poder que acompanhasse esta volatilidade dos relacionamentos modernos.

Nesta nova configuração social os saberes Psi<sup>1</sup> vão se tornar um importante instrumento de controle, mais sutil, porém bastante eficaz. No campo educacional, a emergência destes conhecimentos terá um papel de bastante relevância.

O surgimento da psicologia escolar se confunde com as próprias origens da psicologia científica (PATTO,1986). A relação de tais saberes com as instituições de ensino vai ter início com os testes de inteligência, dos quais o teste de Q.I se tornou o maior representante, que visavam medir as habilidades e classificar as crianças de acordo com a sua capacidade de progredir nos diversos estágios que compõem o período escolar. A partir daí, os psicólogos vão assumir no ambiente escolar uma série de papéis: consultor, especialista em educação, ergonomista, modificador de comportamento e pesquisador. Vale ressaltar, como já sublinhamos em outro lugar, que a assunção desses papéis pela Psicologia tem a função de produzir sujeitos que se adaptem a determinadas condições sociais. Dentre os diversos conhecimentos que vão compor as chamadas Ciências da Educação, a Psicologia vai ser, com certeza, a que maior influência vai exercer sobre os saberes pedagógicos. Na verdade, algumas das principais vertentes teóricas da Pedagogia contemporânea serão desdobramentos de teorias psicológicas( PATTO, 1998).

A escola, bem como os saberes a ela vinculados (as diversas pedagogias e as teorias psicológicas que lhes serviram de inspiração) fazem parte do projeto de sociedade idealizada pelo iluminismo.

A educação escolarizada e pública sintetiza, de certa forma, as ideias e os ideais da modernidade e do iluminismo. Ela corporifica as ideias de progresso

---

<sup>1</sup> Os saberes Psi são o conjunto formado pelas chamadas ciências da alma, entre as quais incluímos a Psicologia, a Psiquiatria, a Psicanálise e os conhecimentos delas derivados.

constante através da razão e da ciência, de crença nas potencialidades do desenvolvimento de um sujeito autônomo e livre, de universalismo, de emancipação e libertação política e social, de autonomia e liberdade, de ampliação do espaço público através da cidadania, de nivelamento de privilégios hereditários, de mobilidade social. A escola está no centro dos ideais de justiça, igualdade e distributividade do projeto moderno de sociedade e política. Ela não apenas resume esses princípios, propósitos e impulsos; ela é a instituição encarregada de transmiti-las, de torná-los generalizados, de fazer com que se tornem parte do senso comum e da sensibilidade popular. A escola pública se confunde, assim, com o próprio projeto da modernidade. É a instituição moderna por excelência. (SILVA, 1995, p. 245).

A crítica à escola sempre foi feita tomando como base este projeto iluminista de sociedade, calcado na crença no progresso da humanidade através do conhecimento racional. Se a escola andava mal, isso decorreria da incapacidade de concretizar este ideal moderno. A solução para os desafios enfrentados pela escola estaria, portanto, na realização deste modelo de instituição encarregada de moldar o sujeito moderno em conformidade com tudo o que a humanidade havia produzido de melhor (SILVA, 1995).

O que vemos na atualidade, no entanto, é a erosão do pensamento que serviu de base para a constituição da escola. Todas as noções e conceitos que sobre os quais a escolarização de massa se fundou: progresso, justiça, ciência, indivíduo encontram-se fragilizados. Muitos pensadores vão identificar, inclusive, uma crise na própria ideia de razão.<sup>2</sup> As bases epistemológicas do conhecimento moderno foram postas em questão, visto que baseavam-se na crença na possibilidade de produção de um conhecimento abstrato, isento que pudesse servir como critério para a determinação da verdade. A teoria pós-crítica e pós-

---

<sup>2</sup> No pensamento contemporâneo o conceito de razão sofreu duros golpes. Em todos os campos do saber os princípios que embasavam a razão moderna foram postos em xeque.

A Antropologia também trouxe novas reflexões a partir do questionamento da racionalidade ocidental, mostrando que outras culturas podem assumir uma concepção de mundo completamente diferente da nossa, mas nem por isso, inferior.

Marx e Freud foram dois pensadores cujas teorias estabeleceram um novo paradigma nas ideias a respeito da racionalidade. O primeiro, ao introduzir o conceito de ideologia, que demonstrou que em geral, a principal função das teorias, sistemas filosóficos e científicos é esconder a realidade social, de modo a garantir a exploração do homem sobre o homem.

Freud demonstrou que a nossa consciência é dirigida por forças que escapam ao nosso controle e que jamais se tornarão plenamente conhecidas e racionais. Suas teorias também mostraram que existem instâncias psíquicas inacessíveis que têm grande peso no nosso comportamento cotidiano e as quais não temos acesso. Max Weber, ao discorrer sobre a ação racional, concluiu que ainda que motivadas por valores ou sentimentos, as ações são dotadas de racionalidade.

Neste quadro, um dos grandes desafios da Filosofia na contemporaneidade é encontrar um conceito de razão que dê conta das novas descobertas e abordagens teóricas (CHAUI, 2000).

estruturalista, no entanto, pressupõe que a produção dos discursos de verdade está, ela mesma, implicada em relações de poder (SILVA,1995). Além disso, a educação fundada no capitalismo e no liberalismo era criticada não por seus ideais, mas pela incapacidade de concretiza-los. Antes mesmo que a totalidade da população pudesse, de fato, desfrutar desta escola idealizada (o Brasil, por exemplo, conseguiu universalizar a educação básica somente no final do século passado) estes ideais foram abandonados e a educação foi cooptada pelo neoliberalismo, passando a adotar critérios de produtividade e eficiência típicos do mundo empresarial.

De acordo com o projeto iluminista, o sujeito moderno deveria estar mergulhado nos ideais do progresso, da ciência e da razão e a escolarização de massa seria responsável por produzi-lo. Este indivíduo moderno, se corretamente educado, seria um sujeito emancipado, racional e livre. Esta doutrina pressupunha um sujeito como uma essência que preexistia à sua constituição na linguagem e no social (Silva, 1995).

A crítica pós-moderna e pós-estruturalista ao projeto moderno de sociedade está alicerçada na crença de que todo o conhecimento é contingente, ou seja, depende de suas condições de produção. Não existiria, portanto, uma verdade abstrata, a-histórica, transcendental.

A principal objeção ao processo de construção do sujeito moderno é o ocultamento daquilo que ele é: uma construção. O sujeito é uma construção discursiva. O paradigma do sujeito autônomo deriva de uma ocultação de seu vínculo de auto-regulação com o poder (SILVA,1995). E este indivíduo, quanto mais se crê emancipado, mais se torna governável, por ter incorporado o governo de si mesmo. Neste sentido, não existe uma dicotomia saber/poder; saber e poder são forças que caminham juntas. As Ciências Humanas longe de serem forças de emancipação, estão, ao produzirem um saber sobre o homem, profundamente implicadas na maquinaria do poder.

À crítica pós-moderna e pós-estruturalista do projeto educacional moderno une-se a denúncia dos movimentos sociais de que a razão e a ciência modernas foram constituídas segundo um modelo branco, masculino e eurocêntrico e a educação oficial foi encarregada de produzir e reproduzir este modelo de educação baseado exclusivamente na versão dos “vencedores” (Silva, 1995).

Além disso, a vinculação da arte erudita com as estruturas de poder veio a demonstrar que a valorização das obras da alta cultura não decorre de uma suposta superioridade em relação à cultura popular, mas de sua relação e papel na manutenção do status-quo.

Mesmo o intelectual, que simbolicamente sempre teve um papel de vanguarda, assiste a um deslocamento de seu lugar social, pois o saber que ele produz também está envolto em operações de poder.

O professor, assim como o intelectual, não consegue produzir um conhecimento abstraído da realidade social. Apesar disso, ele ainda é constrangido a adotar práticas educacionais inadequadas para o mundo atual.

Existe um certo cansaço entre os profissionais envolvidos no processo educacional. O exercício da docência perdeu parte de seu prestígio social e é possível perceber que predomina em boa parte dos professores, um sentimento de frustração. As más condições de trabalho e os baixos salários são elementos importantes desta insatisfação, mas não são os únicos. A formação de professores ainda é feita tomando como base o projeto iluminista de escola a que nos referimos. Porém, como já observamos, o modelo escolar atual perdeu parte de seu poder e importância na constituição de indivíduos. E talvez, esta incapacidade de concretizar o projeto educacional moderno esteja na origem deste descontentamento.

Podemos supor, portanto, que parte significativa desta frustração tenha relação com fatores que escapam ao controle tanto de alunos quanto de docentes (que frequentemente são apontados como os principais culpados por suposto “ caos” na educação). E vale ressaltar, mais uma vez, que as práticas pedagógicas e as expectativas em relação ao comportamento do corpo discente, se baseiam em uma lógica disciplinar em franco processo de declínio.

Ao relatar sua experiência como professor da educação básica, Dubet (1997) assinala que a relação com os alunos é, a priori, desregulada. A atenção e o respeito tão almejados pelo professor só são conseguidos, muitas vezes, quando se recorre à coerção e à ameaça (e há que se discutir se esse respeito e atenção não são, na verdade, apenas um silêncio derivado do medo de alguma punição)

Em outro trabalho, Dubet (1998) escreve que a relação com os estudos é definida por diversos fatores tais, como a proximidade entre a cultura social e a cultura escolar do aluno, o empenho da família, e um aspecto que ele vai chamar de vocação. Nas classes populares, existe uma gigantesca distância entre as culturas social e escolar dos alunos.

Além disso, geralmente, os objetivos das famílias reproduzem de alguma maneira a estratificação social, inclusive, tal como ela se encontra nos diversos tipos de ensino (BOURDIEU,2001). Assim, as crianças oriundas de classes sociais nas quais o capital cultural é maior, tendem a obter sucesso na experiência escolar, em virtude, principalmente, do domínio que possuem dos códigos através dos quais a



instituição escolar opera. Desta forma, a escola acaba trabalhando pela manutenção das desigualdades e não pela sua diminuição. Por fim, como aponta Deleuze (1992), a escola assiste a um conjunto de mudanças significativas, tais como a introdução de mecanismos de avaliação contínua, formação permanente, dentre outros, que constituem novas formas de exercício do poder. Essa alteração na correlação de forças não constitui, de forma alguma, uma mudança rumo a uma educação mais democrática. Afinal, temos que lembrar que a maior parte da população ainda é pobre demais para se endividar e grande demais para ser confinada (DELEUZE, 1992).

É claro que o discurso da crise da educação de massa nos coloca diante do desafio de pensar em alternativas ao modelo atual. Se a escola, assim como as instituições análogas, estão condenadas no médio ou longo prazo, faz-se necessário definir como será organizada a sociedade pós-institucional.

Este trabalho tem o intuito de contribuir para discutir o que seria esta crise da educação, expondo as diferenças entre a crítica pós-moderna da escolarização e o ataque neoliberal à educação, que tem como objetivo a privatização da escola pública e a adoção de critérios puramente empresariais de gestão das instituições escolares, buscando uma vinculação direta entre educação e produção.

Ao fazermos a crítica ao projeto moderno de escola, temos que levar em consideração que boa parte da população mundial não teve se quer a experiência de vivenciar este modelo de educação para que pudesse ter elementos para julgá-lo. O que não significa que devemos adotar, sem ressalvas, o projeto educacional moderno. Ao apontar o caráter conservador da escola, como instituição encarregada de disseminar as narrativas oficiais da História e produzir sujeitos que são mais governáveis à medida em que acreditam estar cada vez mais livres, a crítica pós-moderna da educação contribui para a descoberta de espaços de contestação, de subversão e de deslocamento da maquinaria de poder (SILVA, 1995).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar, segundo o arcabouço teórico-metodológico foucaultiano, os processos de constituição do sujeito no contexto institucional da escola.

## **2.2 Objetivos Específicos**

- Discutir a crise da escola de massa, buscando compreender as relações de poder nela implicadas.
- Analisar as possíveis alternativas ao modelo disciplinar de escola.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Sociedade disciplinar e sociedade de controle**

Na tradição clássica a instituição era concebida como um “conjunto de papéis e de valores “fabricando” indivíduos e personalidades” (DUBET,1998, p. 27). As instituições de tipo disciplinar emergem no final do século XVII e têm sua origem no modelo inglês de vigilância exercida pelas comunidades religiosas e no controle social que era exercido pelo Estado na França (FOUCAULT, 2002). Seu modo de funcionamento caracterizar-se-á pela organização do espaço, o controle de tarefas e do tempo e a vigilância e registro ininterruptos dos indivíduos e de suas atividades.

As relações de poder na sociedade disciplinar estão profundamente ligadas à compreensão do conceito de dispositivo. Este é definido como a rede estabelecida entre elementos tais como os discursos, a arquitetura das organizações, as leis, os enunciados científicos, as proposições filosóficas (MUCHAIL, 1985)

Na teoria foucaultiana, convém ressaltar, o poder não é algo que se exerce ou que se detenha. O poder é, antes de mais nada, uma relação. Procurando fugir das tradições jurídica e marxista, Foucault nos traz a seguinte reflexão acerca do poder:

Para fazermos uma análise não econômica do poder, de que instrumentos dispomos hoje? Creio que de muito poucos. Dispomos da afirmação de que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. Questão: se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é a sua mecânica ? (FOUCAULT, 2007, p. 175).

As instituições são elementos de um dispositivo que articula a produção de saberes e as formas pelas quais o poder é exercido. A instalação das instituições disciplinares ocorre paralelamente à emergência das chamadas ciências humanas, através das quais o regime de estabelecimento da verdade passa a operar através do exame. Já na Idade Média é possível verificar o surgimento do inquérito como

prática político-administrativa, cujo objetivo era saber quem fez o quê, por quais motivos e em que circunstâncias. O exame nasce das novas formas de análise de problemas jurídicos, judiciários e penais surgidas no decorrer do século XIX, que foram responsáveis pelo surgimento da Sociologia, da Criminologia e dos chamados Saberes Psi (FOUCAULT , 2002).

A sociedade estamental fornecia elementos que permitiam a localização e a determinação de papéis sociais fixos, que deveriam ser desempenhados por toda a vida (o nobre já nascia com a consciência do lugar que ocuparia no mundo). Na aurora do mundo burguês, as instituições forneceram um modelo mais flexível, mas que ainda assim, cedia os elementos que permitiam a identificação do indivíduo com alguns valores que tornavam a construção da identidade um processo relativamente estável.

A partir daí, as formas de sujeição não mais operarão através da repressão, mas pelo adrestramento e pela produção de comportamentos tidos como “normais” ( MUCHAIL,1985). As instituições instalam um tipo de poder que é ao mesmo tempo, polimorfo e polivalente. Ele apresenta, portanto, vários caracteres, os quais podemos definir como econômicos, políticos, judiciários e epistemológicos (MUCHAIL,1985).

Nas diversas instituições, a dimensão econômica aparece na forma de pagamentos que são efetuados a quem presta um determinado serviço. Claro que estas também são atravessadas por relações políticas, na medida em que a alguns é delegado o poder de dar ordens. O que percebemos, ademais, é que existem instâncias de julgamentos as quais os indivíduos são submetidos, muito embora o caráter judiciário esteja mais explícito nas prisões. As instituições também produzem um saber através do indivíduo e sobre o indivíduo, o que faz com que o poder exercido sobre os indivíduos seja também epistemológico. A prevalência do exame, enquanto categoria predominante de análise social, viabilizou o surgimento de um conjunto de saberes que contribuíram para que os processos de subjetivação se tornassem mais imateriais (NARDI E SILVA, 2004).

Foucault preconiza três categorias de sociedade para construir sua análise sobre a emergência das Ciências Humanas e dos Saberes Psi.

Nas sociedades de soberania, as marcas da individualização ocorrem de forma ascendente, de tal modo que o status de indivíduo é concedido e ampliado na mesma proporção em que alguém detém o poder (NARDI E SILVA, 2004)

Nas sociedades disciplinares, a lógica da individualização é descendente, sendo exercida através de um poder anônimo e mais abrangente, tendo a norma

como referência. Nas sociedades de controle, as tecnologias de poder, explicitamente orientadas para o governo contínuo e permanente do indivíduo, extrapolam os muros das instituições de confinamento e passam a ser encontradas de forma generalizada em toda a sociedade (NARDI E SILVA, 2004).

É bem provável que tenhamos chegado ao ponto em que o controle imaginado por George Orwell no clássico “1984” tenha se tornado possível.

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver – e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto – acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente.” (ORWEL, 2009, p. 13).

Na modernidade, o indivíduo vai de uma instituição a outra, cada uma com suas regras, de forma incessante (DELEUZE, 1992). Enquanto nas sociedades de soberania o que se buscava era extrair dos corpos bens e riquezas, nesta nova configuração o que se busca é a extração de tempo e trabalho. Esta forma de exercício de poder, calcada na vigilância, no adestramento e no exame foi fundamental para a consolidação do capitalismo industrial (FOUCAULT, 2007). Ela permitiu a racionalização da produção, utilizando mecanismos que tinham o intuito de tornar cada movimento útil aos objetivos da burguesia. Substituiu-se desta forma, o controle intermitente e pouco efetivo das sociedades de soberania por formas de vigilância permanentes e ininterruptas que se adequaram perfeitamente às novas necessidades das sociedades urbano-industriais. As disciplinas são produtoras de um discurso e de saberes e estes estão ligados à criação e enquadramento dos indivíduos em uma norma social. Por isso, Foucault também vai classificar essa nova forma global de exercício do poder como sociedade da normalização (FOUCAULT, 2007).

Nas sociedades de soberania o poder era exercido através da relação soberano-súdito. Aquela que foi denominada por Foucault de teoria jurídico-política da soberania dominou todo o período que antecede ao aparecimento da lógica disciplinar. De alguma forma, tanto aqueles que defendiam a monarquia, inclusive a

absolutista, quanto os que eram favoráveis à limitação do poder real tomavam o pressuposto do poder soberano como referência. Este era um poder caracterizado pela prerrogativa de “fazer morrer”. Na sociedade moderna, todavia, este se converte em um poder de deixar viver. Este deixar viver será caracterizado por um intenso processo de regulamentação da vida.

Dentre os vários saberes que concorrem para o processo de normalização da vida, a medicina social terá um papel de destaque, se tornando um importante instrumento da biopolítica, este poder que tem como objeto não mais o indivíduo, mas a população. Entre o final do século XVII e início do XIX, a higiene pública ocupará lugar de destaque dentre as principais preocupações da medicina social. E uma série de outras questões ligadas à saúde pública tais como a medicalização da população, os problemas de reprodução e de natalidade, os acidentes diversos, as enfermidades, a velhice, enfim, todo e qualquer tipo de problema que possa tirar o indivíduo do campo de atividade passarão a ser alvo dessa nova forma de exercer o poder. Neste ponto, vale notar que assim como as instituições, os saberes passam a se articular para atender a interesses que são de estado (embora não sejam somente estatais). Convém ressaltar, além disso, que a lógica disciplinar e a biopolítica são duas tecnologias que se sobrepõem, sendo que a primeira visa ao corpo e tem como objetivo a produção de corpos que sejam ao mesmo tempo úteis e dóceis e a segunda, centrada na vida e não no corpo, é uma tecnologia que não visa o adestramento individual, mas o equilíbrio global.

As Ciências do Homem se tornaram viáveis exatamente no momento em que o homem se tornou calculável e o surgimento dos Saberes Psi estão inseridos neste contexto. Após a saúde do corpo se tornar objeto do poder, vemos a própria subjetividade sendo invadida, esquadrinhada. Assistimos também à emergência de uma série de saberes que se encarregarão de zelar pela “saúde da alma” do conjunto da população. A Psicologia científica aparece com o objetivo de adaptar socialmente o indivíduo, buscando enquadrá-lo em um padrão de normalidade.

Nas sociedades de soberania prevalecia a ênfase no governante já na sociedade das disciplinas a importância deslocou-se para o Estado, que não é compreendido em termos de território, mas em termos de população. A sociedade capitalista trouxe à tona a necessidade de adoção de novas formas de governo e auto-governo (VEIGA-NETO,2000). Esta nova economia do poder, que tem na população o seu objeto, Foucault vai denominar de governamentalidade.

A preocupação em relação às formas de exercício do poder já estava presente em escritos da Antiguidade e da Idade Média. No entanto, as questões relativas ao comportamento dos governantes e ao governo de si vão se intensificar a

partir do século XVI, devido, sobretudo, às mudanças provocadas pela Reforma Protestante e pela Contra-Reforma e em decorrência da emergência do Estado Moderno (FOUCAULT, 2007). Até então, predominava a ênfase em mecanismos que garantissem ao soberano a manutenção de seu poder e de seu território. Foucault contrapõe o surgimento de toda uma literatura sobre a questão do governo a uma obra contra a qual esta mesma literatura se insurge: O Príncipe, de Maquiavel. Nela, podemos observar as relações de poder características ao período anterior ao surgimento das modernas técnicas de governo.

O Príncipe, contra o qual se luta, é caracterizado por um princípio: o príncipe está em relação de singularidade, de exterioridade, de transcendência em relação ao seu principado; recebe o seu principado por herança, por aquisição, por conquista, mas não faz parte dele, lhe é exterior; os laços que o unem ao principado são de violência, de tradição, estabelecidos por tratado com a cumplicidade ou aliança de outros príncipes, laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural e jurídica, entre o príncipe e seu principado. Corolário deste princípio: na medida em que é uma relação de exterioridade, ela é frágil e estará sempre ameaçada, exteriormente pelos inimigos do príncipe que querem conquistar ou reconquistar seu principado e internamente, pois não há razão a priori, imediata, para que os súditos aceitem o governo do príncipe. Deste princípio e de seu corolário se deduz um imperativo: o objetivo do exercício do poder será manter, reforçar e proteger este principado, entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, o principado objetivo, mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos (FOUCAULT, 2007, p.279).

O objetivo do príncipe seria, portanto, aperfeiçoar sua habilidade de manter seus territórios, o que não significa se tornar hábil na arte de governar. Inicialmente, este pensamento a respeito do governo parte do pressuposto de que o governo é exercido em diversos níveis; diz-se que o pai governa, o padre governa, enfim, muita gente governa em nossa sociedade (FOUCAULT, 2007). A gestão familiar fornece o modelo de pensamento a respeito do exercício do poder estatal. A questão que a modernidade se coloca é a seguinte: como exercer a economia, ou seja, a forma de gerir adequadamente os indivíduos, os recursos, os bens no interior de uma família, no nível do estado ?

Dispor das coisas corretamente para que atinjam um fim adequado também aparece como uma descrição do que seria governar. Desta forma, o governo não teria a função de garantir um abstrato bem comum, mas sim de garantir que as coisas tenham um melhor fim: que os meios de subsistência sejam garantidos, a riqueza multiplicada, que a população se reproduza (FOUCAULT, 2007).

Até o início do século XVIII, esta arte do governo não conseguiu se desenvolver plenamente por estar ainda profundamente vinculada à questão da soberania e por utilizar o núcleo familiar como modelo. É somente com a explosão demográfica de fins do século XVII e o aumento da produção agrícola e da circulação de mercadorias que a arte de governo vai começar a se emancipar. É neste contexto que a população emerge como categoria que vai substituir o modelo familiar na análise da gestão do estado. A estatística, esta ciência do estado, terá papel fundamental ao demonstrar que a população tem características próprias que não podem ser reduzidas ao padrão familiar.

O governo terá a população como objetivo final. Caberá ao governante garantir que esta população viva em boas condições, que sejam aumentados o seu tempo de vida, sua riqueza, etc. (FOUCAULT, 2007).

Feitas essas considerações sobre a arte de governar, Foucault apresenta o conceito de governamentalidade, que quer dizer três coisas:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2007, p. 292).

Fundamental para o estabelecimento deste dispositivo de governo foi o advento do Liberalismo.

O Liberalismo, compreendido aqui não como uma fase histórica, mas como um aprimoramento da arte de governar, contribuiu para a consolidação da sociedade disciplinar na medida em que foi responsável pela aparente naturalização das relações sociais e econômicas. Foucault menciona dois tipos de mecanismos que foram fundamentais para a instalação das novas tecnologias de poder que ele denominou de jogo do pastor, que ocorre no nível do indivíduo e o jogo da cidade, que é jogado na população e é, por isso mesmo, totalizante. Esses dois jogos viabilizaram o surgimento do Estado Moderno, Neste contexto o poder disciplinar se desloca do âmbito religioso para o civil e do âmbito do indivíduo para o âmbito da

população (VEIGA-NETO, 2000) O Liberalismo surge com a difícil tarefa de conciliar um Estado cujo poder de constituição de individualidades se tornou quase onipresente com a liberdade de mercado. Essa disciplina que atingiu o conjunto da população se deu, num primeiro momento, no nível do indivíduo. É claro que as instituições modernas, se são fruto destas mudanças, também foram encarregadas de produzir e difundir as novas tecnologias de poder.

### **3.2 O panoptismo**

Paralelamente ao aparecimento desses novos saberes e formas de exercício de poder, surgem também instituições cujo modelo arquitetônico, estará em consonância com os objetivos destas novas instituições. O panóptico, estrutura idealizada pelo jurista inglês Jeremy Bentham, no final do século XVII, fornece o correspondente arquitetônico às sociedades disciplinares. Segundo nos descreve Foucault:

O princípio é: na periferia, uma construção em anel: no centro uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre: outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, podem-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro, que, no fundo, protegia” ( FOUCAULT, 2007,p.210).

Através destes dispositivos de vigilância, as instituições disciplinares operam segundo uma lógica de inclusão e não o contrário. As fábricas, escolas, presídios, incluem aqueles que as adentram numa cadeia de produção, de transmissão de saberes, de correção (MUCHAIL, 1985 ).

As instituições disciplinares atendem aos objetivos de uma sociedade na qual o espetáculo perdeu sua razão de ser. Na Antiguidade Clássica, em que a vida pública ocupava um lugar central na existência das pessoas, fazia-se necessária a existência de modelos arquitetônicos que permitissem a exibição de eventos públicos a plateias significativas. Numa sociedade em que prevalecem o indivíduo privado e o Estado, as relações de poder se modificam e com elas os modelos arquitetônicos (MUCHAIL, 1985).



O panoptismo não visa à resolução dos problemas particulares das instituições (escola, presídio, hospital), ele tem o objetivo de introduzir, através de seus mecanismos de vigilância, uma nova tecnologia de poder. O panoptismo se torna, portanto, um dos traços característicos da nossa sociedade. É um poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle, de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas.” Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção- parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade”( FOUCAULT, 1996, p.103).

Controlar o tempo, os corpos, e instalar um tipo polimorfo de poder são os objetivos fundamentais das instituições disciplinares. Nas sociedades de tipo urbano industrial, os tempos de trabalho, lazer, ociosidade são objeto de vigilância e controle, cujo objetivo é a transformação do tempo dos homens em tempo de trabalho.

No tocante ao controle dos corpos, é possível notar que o alcance do poder institucional vai muito além de suas funções declaradas. A disciplina exigida nas escolas vai muito além do objetivo básico de ensinar. Neste sentido, busca-se disciplinar a existência do indivíduo pela disciplinarização do corpo (MUCHAIL,1985).

O intuito, no entanto, não é excluir, como no caso das prisões ou internamentos observados no decorrer do século XVIII. A partir do confinamento, a instituição, com os seus mecanismos de vigilância, constitui o grupo. Novamente, as instituições da modernidade são inclusivas, elas incluem os indivíduos num processo de transmissão de conhecimento, de produção, de punição.

### **3.3 Escola, sociedade disciplinar e sociedade de controle**

Dubet (1998) destaca que a escola, em sua origem, atendia adequadamente ao objetivo de “fabricar” de indivíduos, que eram constituídos em consonância com a finalidade da escola. Uma escola técnica, produzia operários, as escolas tradicionais, homens de cultura, e assim por diante. A massificação da escola, no entanto, transferiu para os seus muros, uma competição que até então lhe era exterior.

A análise da situação da escola no mundo contemporâneo nos permite inferir que ela talvez ela esteja passando por um processo de desinstitucionalização, uma

vez que perdeu a capacidade de mediar as relações entre o interior e o exterior escolar.

A necessidade do confinamento ou dos agentes da disciplinarização passa a ser objeto de contestação.

Uma multidão de pessoas destacadas: um enxame, para ser mais preciso. Um agregado de indivíduos autopropulsores que não precisam de comandantes, testas de ferro, porta-vozes, agentes provocadores ou informantes para se manterem juntos. Um agregado em movimento no qual cada unidade móvel faz a mesma coisa, mas nada é feito em conjunto. As unidades marcham no mesmo passo sem sair do alinhamento. Coerente consigo mesma, a multidão expulsa ou atropela as unidades que se destacam – mas são apenas essas unidades toleradas pelo enxame. Os telefones celulares não criam o enxame, embora sem dúvida ajudem a mantê-lo como é – um enxame. (BAUMAN, 2004, p.82).

As modernas técnicas de informação e comunicação fizeram com que se pudesse, talvez, prescindir das instituições e de seus agentes. O enxame não precisa mais de comandante.

De certa forma, a escola ainda funciona segundo uma lógica institucional, que faz com que o estudante internalize a ordem escolar. No entanto, a relação a ser estabelecida com os estudos está intimamente ligada ao ambiente familiar e aos estímulos que ele lança sobre a criança ou o jovem estudante. As classes populares aceitam as regras impostas pela escola sempre desconfiando que estas contribuam para a reprodução de desigualdades (DUBET, 1998).

Neste contexto, os alunos recebem uma grande quantidade de estímulos e orientações e são instados a encontrar, por conta própria, um sentido para a sua experiência. A relação custo-benefício na educação é construída muito mais facilmente quando a cultura social do estudante se aproxima da cultura escolar.

Existem uma tensão permanente entre papel social e personalidade . No contexto em que predominam as instituições sociais, o primeiro se sobrepõe ao segundo. No processo de desinstitucionalização, essa situação se inverte e a personalidade passa a predominar em relação ao papel social, criando nos indivíduos a necessidade de constituir a sua própria experiência. Os atores sociais realizam, portanto, um árduo trabalho de construção de si próprios (DUBET, 1998).

O peso relativo das instituições diminuiu trazendo a necessidade de redefinição dos objetivos e métodos através dos quais estas operam.

Deleuze (1992, apud NARDI e SILVA, 2004) indica o processo de esgotamento do modelo disciplinar, que estaria, segundo ele, dando lugar a um novo modelo de sociedade, a sociedade controle, que operaria através do controle contínuo e da comunicação instantânea e não mais por confinamento. Nesta nova configuração, o poder intermitente exercido outrora no interior das instituições de confinamento se torna mais difuso e invisível. As tecnologias de vigilância fizeram com que os muros que definiam as instituições se tornassem obsoletos. Convém ressaltar que a mudança de paradigma nos mecanismos de exercício de poder tem profunda relação com as novas necessidades da produção. Se as disciplinas contribuíam para a localização do indivíduo numa sociedade estratificada, permitindo classificá-lo e localizá-lo de forma imediata, o controle aprimorou as ferramentas de exercício de poder, permitindo o controle das massas e a neutralização de seus comportamentos inconvenientes.

Dentre os saberes produzidos no contexto da emergência da sociedade de controle, a Psicologia se destaca por seu caráter adaptacionista e pela produção de um conjunto de técnicas cujo intuito é a modelização da subjetividade e o enquadramento dos indivíduos em um padrão de normalidade (NARDI E SILVA, 2004).

As relações entre poder e subjetividade não estão nesta perspectiva, confinadas às relações de constrangimento ou de repressão da liberdade do indivíduo. Na verdade, as características distintivas do conhecimento e da expertise modernas da psique têm a ver com o seu papel na estimulação da subjetividade, promovendo a auto-inspeção e a autoconsciência, moldando desejos, buscando maximizar as capacidades intelectuais. Elas são fundamentais para a produção de indivíduos que sejam “livres para escolher”, cujas vidas se tornam válidas na medida em que estão imbuídos com sentimentos subjetivos de significativo prazer (ROSE, 1988, p.35).

As tecnologias da subjetividade vão permitir que através do automonitoramento e da auto-inspeção possamos nos avaliar segundo critérios que nos são exteriores.

É importante ressaltar que o poder que se exerce na sociedade moderna não é apenas repressivo, na verdade, ele possui um caráter muito mais positivo, na medida uma vez que se apoia na auto-constituição dos sujeitos através da adoção de um conjunto de tecnologias de si. Na lógica de controle ocorre a intensificação e a interiorização das normas, que vão se tornar, através de um mecanismo próprio de generalização, praticamente invisíveis, e, por isso mesmo, mais eficazes.

As políticas de subjetivação que surgem concomitantemente ao aparecimento da Psicologia são um elemento de um biopoder. A este respeito, Foucault esclarece:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia sobre a “ população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é poder de “fazer viver”.A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT,1999,p.294 )

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho de luta contra a dominação não tem como alvo mais uma instituição cujas fronteiras estão claramente demarcadas, mas depende de um trabalho que o indivíduo deverá fazer sobre si mesmo.

As tecnologias do eu correspondem a um “conjunto de técnicas performativas de poder que incitam o sujeito a agir e a operar modificações sobre sua alma e corpo, pensamento e conduta procurando vinculá-lo a uma atividade de constante vigilância e de adequação permanente aos princípios morais em circulação na sua época” (RAMOS do Ó: 2007, p 38).

O estado moderno irá se apropriar do discurso científico, que na contemporaneidade receberá o status de verdade, em detrimento de outras formas de saber e através das técnicas de subjetivação promoverá a adequação dos sujeitos às novas necessidades do mundo moderno.

É claro que esses mecanismos de poder não operarão apenas de fora para dentro, o seu grande trunfo será o desenvolvimento de estratégias que induzirão os indivíduos ao autoexame e à auto-inspeção, Essa arte da existência destina-se a permitir que o indivíduo se reconheça como um indivíduo de determinada natureza.

A escola, enquanto instituição disciplinar, tinha o intuito de produzir estudantes que se enquadrassem no padrão de cidadão que as autoridades considerassem adequado.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. J.- B. de La Salle imaginava uma classe onde a distribuição espacial pudesse

realizar ao mesmo tempo toda uma série de distinções: segundo o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais. (FOUCAULT, 1987, p.173).

O surgimento e consolidação da Psicologia como um campo de saber sobre o eu contribuiu para crítica ao modelo disciplinar e às teorias pedagógicas tradicionais, apoiada num discurso segundo o qual o conhecimento do perfil psicológico de cada aluno seria fundamental para as mudanças que fossem consideradas necessárias nas próprias instituições escolares (Ramos do Ó, 2007).

Na modernidade vamos observar o surgimento de toda uma gama de saberes cujo objetivo é constituir um conhecimento pormenorizado e especializado sobre o eu, contribuindo de forma bastante significativa para a internalização das disciplinas. As práticas educativas, até por uma necessidade de distanciamento da estrutura educacional tradicional, vista como autoritária e adestradora, serão produzidas de forma a se ajustar aos casos particulares, uma espécie de ensino por encomenda ou sob medida (RAMOS do Ó, 2007). No modelo disciplinar, as normas eram distribuídas coletivamente e recaíam sobre o grupo visando à docilidade dos corpos através da produção de comportamentos socialmente úteis. Na sociedade de controle, o exercício da disciplina deve ser feito de forma autônoma e solitária. Desta forma, cabe ao estudante adaptar-se sozinho ao ambiente escolar e encontrar um sentido para a sua experiência educativa. À escola caberia, neste sentido, a constituição de um indivíduo com um grau de autonomia que o tornaria capaz de constituir-se como sujeito de sua própria educação (RAMOS do Ó, 2007)

A escola incorporará um conjunto de expertises da subjetividade que irão pressupor a possibilidade de moldar o espírito e o corpo. O adestramento e vigilância característicos das instituições disciplinares ultrapassará a simples transmissão de conhecimentos e se estenderá à própria sexualidade do corpo discente, que será fruto de intensa regulamentação (RAMOS do Ó, 2007). O exame, categoria fundamental da modernidade, propiciará a instalação de um mecanismo de punições, recompensas e de comparação permanente com os outros estudantes. A própria organização por séries, determinando o lugar de cada aluno transformou a escola em uma engrenagem que ao mesmo tempo em que ensina, também vigia, recompensa e hierarquiza. Esse mecanismo de poder, ao mesmo tempo em que promove uma homogeneização, também constrói a individualidade em que as notas são o elemento que garante a singularidade de cada um por oposição aos outros.

As Ciências Humanas mantêm o seu ímpeto investigatório e continuam a produzir dados sobre o indivíduo, tomando como base um padrão de normalidade. O

indivíduo não consegue receber da instituição em que está inserido um retrato positivo de si mesmo. A constituição da subjetividade ocorre sempre em um cenário de distanciamento em relação ao padrão ideal de comportamento. Desta forma são, sobretudo, os aspectos que traduzem uma inadequação à norma que são ressaltados. A identidade é construída, neste cenário em função da negação ou da adequação aos modelos institucionais pré-estabelecidos. Paradoxalmente, nesta mesma sociedade que visa à homogeneização dos comportamentos a norma é muito pouco enunciada. A normalização, enquanto processo, não tem alguém que a franqueie (RAMOS do Ó, 2007). Ela se constitui, de forma anônima e impessoal em uma verdadeira tecnologia política da subjetividade.

É bem provável que o projeto iluminista de escola, cujo objetivo era garantir a distribuição igualitária do patrimônio cultural da humanidade, tenha se mostrado inviável por conta da própria dinâmica do mundo moderno, que de forma contraditória, ao mesmo tempo em que almeja tornar a sociedade homogênea, traz em sua estrutura elementos que contribuem para a manutenção da desigualdade e da exclusão.

No contexto atual é importante questionar de que formas a escola se relaciona com os novos mecanismos de produção de sujeitos característicos da pós-modernidade e de que forma ela pode dialogar com um mundo em que enxergamos a explosão das identidades de ordem étnica, de gênero, social, etc.

Através da escolarização de massa preparou-se o terreno para que a população pudesse habituar-se a viver em um mundo governamentalizado. É na sociedade disciplinar que a problematização de si se torna uma prática naturalizada. A própria constituição da subjetividade não é se não fruto de um processo de institucionalização e de produção de verdades a respeito do eu (VEIGA-NETO, 2000). Desta forma, não faz sentido discutir um suposto fracasso da escola na tentativa de concretizar os ideais iluministas porque a própria escola não nasce com este objetivo. Talvez seja mais acertado enxergar aquilo que encaramos como problemas da escola, a uniformização, o adestramento e a desigualdade que ela produz, como algo intrínseco aos próprios ideais iluministas. Todos reconhecem a necessidade de mudança na estrutura das instituições de ensino, mas para consolidar estas modificações será necessário analisar as bases do ideário que norteou a constituição da escola tal qual a conhecemos.

Uma questão relevante que surge é a de saber de que formas a escola atual se relaciona com um mundo em constante mudança. A globalização, a concentração de renda, a organização da sociedade em função de identidades étnicas, religiosas,

etc. e a instalação do Neoliberalismo trouxeram a necessidade de refletir sobre o que mudou e o que permaneceu na escola atual.

O século XX assistiu à instalação de três experiências de governo que, apesar de suas evidentes, diferenças, representaram tentativas de fortalecer o poder estatal: O socialismo, o nazismo e o Estado de bem-estar social. Estas experiências se mostraram insatisfatórias por representarem uma situação em que existia “muito governo”. Essa presença maciça da atividade governamental, como já salientado, era dispendiosa e pouco funcional, muito diferente do poder quase invisível das disciplinas. Sem querer submeter os acontecimentos à lógica do marxismo, o capitalismo ganhou novas feições que tornaram imprescindível um deslocamento da produção para o produto. A obsolescência planejada do capitalismo tinha o objetivo de criar novos produtos de tal forma que as mercadorias se tornassem ultrapassadas no período mais curto possível de tempo. O problema é que, como sabemos, a inventividade não é infinita e por isso, tão importante quanto criar novos produtos era criar novos consumidores. A propaganda e o Marketing cumpriram de forma razoavelmente eficaz esta tarefa. Mas não são esses dois elementos sozinhos que vão preparar os indivíduos para o mundo do consumo. O Estado se encarregará de guiar a população em direção ao consumo.

(...) somos consumidores numa sociedade de consumo. A sociedade de consumo é a sociedade do mercado. Todos estamos dentro e no mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias. Não admira que o uso/ consumo das relações humanas, e assim, por procuração, também de nossas identidades ( nós nos identificamos em referência a pessoas com as quais nos relacionamos), se emparelhe, e rapidamente, com o padrão de uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluos. (BAUMAN, 2005, p. 98)

A formação de alunos-consumidores está em consonância com os objetivos do Neoliberalismo.

O discurso neoliberal defende a privatização das atividades estatais lucrativas e a adoção de métodos empresariais naqueles nos quais não seja possível produzir lucro. O estado deveria se ocupar apenas de determinadas funções essenciais como Educação e Saúde e entregar as outras atividades à iniciativa privada (VEIGANETO, 2000).

O Neoliberalismo maximiza a liberdade individual. Mas este indivíduo não é aquele idealizado pelo Iluminismo, ele é um sujeito que é livre para escolher e escolher em um mercado que oferece mercadorias, serviços, etc. A capacidade de

escolher se torna então um importante fator de preocupação no mundo moderno. A competição, elemento essencial na lógica empresarial, vai invadir também as atividades estatais.

A sociedade atual produz um novo tipo de sujeito fragmentado, cuja construção da identidade ocorre num processo complexo de filiação a grupos de interesse muitas vezes contraditórios. O indivíduo moderno passou a possuir múltiplas identidades.

A escola tem a função de produzir este sujeito-cliente, que é o indivíduo característico da sociedade contemporânea. As escolas, no entanto, vão adotar práticas diferenciadas a depender do tipo de público a que atendem. Num mundo em que o mercado se tornou onipresente, as disciplinas parecem ter se tornado destinadas àqueles que não foram alcançados pelo mercado. Assim, nas escolas públicas, que atendem a população de baixa renda as práticas disciplinares parecem ter ganhado uma sobrevida. As escolas particulares, por outro lado, substituíram o modelo disciplinar por um conjunto de saberes psicológicos que fazem com que o indivíduo se torne cada vez mais controlável na medida em que cultiva a impressão de que está livre (VEIGA-NETO, 2000).

É provável que a escola esteja perdendo parte da sua importância porque existem hoje dispositivos de controle muito mais eficazes e a um custo menor. Com a popularização das câmeras e circuitos fechados de televisão o controle foi disseminado ao passo que houve um afrouxamento dos mecanismos de confinamento, adestramento e vigilância.

A escola, assim como outras instituições disciplinares poderia estar em vias de desaparecer para ser substituída por formas de controle e formação contínua insuportáveis (VEIGA-NETO, 2000).

Alguns efeitos podem ser percebidos na estruturação das instituições escolares e merecem destaque. A invasão das tecnologias de comunicação causaram um renascimento do tecnicismo na educação. De forma que a palavra do profissional que opera os modernos equipamentos que passaram a fazer parte do cotidiano das escolas ganhou ainda mais importância. Ao mesmo tempo, o conhecimento e o manuseio desta maquinaria passou a ser exigido do corpo docente. As tecnologias também provocaram uma cisão entre espaço e lugar, de modo que o que ocorre no interior da escola e de todas as outras instituições análogas é cada vez mais determinado por um mundo que não necessariamente é aquele do qual se participa fisicamente.



Ainda assim, a escola é a instituição que mais rápido pode reunir as condições para a emergência de movimentos contrários à hegemonia da lógica neoliberal.

Mesmo as tecnologias de informação não estão, a priori, vinculadas a um pensamento pedagógico conservador. Esses mesmos mecanismos que se constituem em novas formas de controle podem ser manejados no sentido de romper com a dominação que agora viabilizam.

Um outro ponto importante é pensar o que fazer com a escola que é uma instituição instalada em nível mundial e que ainda desfruta de razoável prestígio. Como aponta Veiga-Neto (2000), o caminho mais sensato talvez fosse fugir das dicotomias que tendem ver a escola pela ótica do sucesso ou fracasso e desconsiderar os ideais educacionais iluministas, os quais a escola nunca esteve em condições reais de atingir e ver as instituições escolares como lugar privilegiado para a contestação das formas de constituição de sujeito contemporâneas.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 A pesquisa bibliográfica**

A metodologia é um aspecto fundamental da pesquisa científica e é aqui compreendida como “uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa” (LIMA; MIOTO, 2009, p.39).

Pela própria natureza do objeto e em função dos objetivos propostos, optou-se neste estudo pelo uso da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, quando eleita como lente do projeto, permite a construção de um quadro conceitual sobre o objeto de estudo a partir de dados espalhados por diferentes fontes (LIMA; MIOTO, 2009). É evidente que quando da escolha de um tema de pesquisa o primeiro passo a ser dado é a escolha da narrativa teórica que lhe servirá de base. No caso deste trabalho, optamos por fazer uma análise da constituição dos sujeitos em instituições escolares a partir de uma perspectiva teórica foucaultiana.

Ao contrário da revisão da literatura, que consiste apenas em uma etapa de qualquer pesquisa, a pesquisa bibliográfica requer um conjunto de procedimentos ordenados para se constituir, dentre os quais destacamos:

- Elaboração do projeto de pesquisa – Corresponde à escolha do tema e linha teórica e à definição do problema de pesquisa
- Investigação das soluções -Consiste no levantamento da bibliografia e na escolha das informações nela contidas.

- Análise explicativa das soluções – Construída por intermédio da capacidade crítica do pesquisador esta fase compreende a explicação e justificativa dos dados e da sua pertinência para a pesquisa em questão.
- Síntese integradora - É a fase final do processo de pesquisa, na qual são apresentados os resultados finais da análise e reflexão acerca da bibliografia selecionada. Tem como objetivo a proposição de soluções, deixando aberta a possibilidade para a continuidade da pesquisa (LIMA; MIOTO, 2009).

Numa pesquisa de carácter bibliográfico, a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é partir dela que são obtidas as informações e dados necessários à formulação de hipóteses e busca por soluções para os problemas propostos. Salvador (1986 apud LIMA; MIOTO, 2009) salienta que o ideal é que leituras do referencial teórico se apresentem nas seguintes configurações: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa.

Seguidos esses procedimentos, a pesquisa bibliográfica se torna uma importante ferramenta de produção de conhecimento científico na medida em que viabiliza a análise crítica do referencial teórico que embasa uma determinada visão da realidade, fornecendo caminhos para ampliação do debate sobre o tema escolhido.

## **4.2 Foucault e a genealogia**

Chamamos de genealogia o “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2007 p. 97).

O objetivo de Foucault parece ser opor aos saberes legitimados e à teoria unitária dominante, um conjunto de saberes locais, descontínuos, desqualificados. A ideia é propor a instalação de novas formas de apreciação da realidade com o intuito de criar fraturas num modelo de discurso científico organizado, cujos efeitos de poder podem ser sentidos em nossa sociedade.

A constituição de uma ciência está ela mesma ligada a mecanismos de poder. A legitimação científica de uma determinada forma de saber lhe confere um capital simbólico que lhe permite submeter outras formas de saber não legitimadas ao seu discurso.

As várias genealogias convergem para a análise de um problema principal que seria a descrição dos dispositivos de poder presentes em nossa sociedade e cujo domínio atinge diversos níveis da nossa sociedade ( FOUCAULT, 2007).

O poder é o elemento que explica como são produzidos os saberes e como os sujeitos são constituídos na articulação entre saber e poder. A análise genealógica visa demonstrar como os saberes se constituem a partir de condições que lhes são exteriores.

Como já apontado em outro trecho, para Foucault, o poder não é algo que se detém. Também não há em sua obra uma definição de poder . O poder é, antes de mais nada, uma relação. Consiste em uma prática social construída historicamente.

O poder não é centralizado ou exercido do Estado para as instâncias “inferiores” da sociedade. Interessa à análise genealógica descrever a rede de micro - poderes ligados que parte das esferas não legitimadas de saber para o Estado.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violenta. (FOUCAULT, 2007, p. 182).

A escola moderna é uma instituição cujos objetivos vão muito além da mera transmissão de conhecimentos. A escola faz parte de toda uma maquinaria de poder que tem o intuito de formar indivíduos de uma determinada natureza.

A escola como outras instituições análogas (quartel, presídio, hospital, etc) possuem um papel bastante relevante na legitimação da ordem capitalista. É importante, portanto, perceber as relações de forças envolvidas nas formas de exercício de poder no contexto institucional da escola. O poder que não se encontra em nenhum lugar específico, mas está disseminado pela sociedade.

O poder não se exerce apenas de forma negativa. Não é somente repressivo, o poder produz. A ideia de que o saber precisa estar liberto dos efeitos de poder para se constituir é contestada por Foucault.

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um

sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas” (FOUCAULT, 1975, p. 161).

A escola não é um local em que se produz apenas o conhecimento que se quer adquirir. A escola, como as demais instituições da modernidade, produz um saber sobre aqueles que nela adentram. Os relatórios, diários de classe, boletins, cadernetas são elementos desta dimensão epistemológica da educação.

Fazer uma análise genealógica da escola seria pensar esta instituição não somente pela ótica das grandes políticas educacionais, mas pela rede de micropoderes que se articulam para na constituição do sujeito educacional.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Um dos elementos centrais na constituição do mundo moderno foi a emergência de um conjunto de instituições cujo objetivo era fabricar um novo tipo de sujeito moldado de acordo com os ideais dos teóricos da modernidade (VEIGANETO, 2013).

Como já apontado, o presídio, o quartel, o convento, o manicômio e a escola fazem parte deste conglomerado institucional disciplinar. De todas estas instituições, no entanto, a escola é aquela sobre a qual o peso na formação deste indivíduo moderno recaiu com mais intensidade. Até porque, de certa forma, é possível afirmar que é o sucesso no percurso escolar que pode evitar o ingresso indesejado na prisão ou no manicômio. É através da escola que se pretende formar cidadãos ativos, críticos, autônomos.

O elemento que une a escola às outras instituições modernas são as práticas disciplinares, que são responsáveis pela consolidação de um poder diretamente relacionado à nossa capacidade de autogoverno. “Na sociedade moderna muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo e o mestre em relação à infância e ao discípulo ; há pois muitas formas de governo em relação às quais a do príncipe governando o seu Estado não é senão uma das modalidades “(FOUCAULT, 2007, p.280).

É importante reforçar que a análise da bibliografia que trata da escola sob uma perspectiva foucaultiana nos demonstra que a preocupação principal da escola não se restringe a transmitir conteúdos, mas sim em constituir sujeitos. O

funcionamento da escola não pode ser pensado de forma dissociada da maquinaria política da sociedade em geral.

O discurso de crise da escola está relacionado à percepção de que existe atualmente um descompasso entre aquilo que a escola se tornou e o que o gostaríamos ou imaginávamos que deveria ser. A escola contribuiu para o estabelecimento das noções de tempo e espaço modernas, assim como colaborou para a consolidação do modo de produção capitalista. As condições que permitiram que a escola tivesse um papel de tamanha relevância, no entanto, mudaram, de forma que a lógica em que a escola opera não se encaixa mais na sociedade atual (VEIGA-NETO, 2003). A escola utiliza técnicas típicas da modernidade num mundo pós-moderno (se é que podemos realmente falar em “pós-modernidade”). É importante ressaltar, no entanto, que não se trata simplesmente de desconsiderar as disciplinas em favor de um outro modelo qualquer de organização social. Da mesma forma, não é possível uma volta dos antigos mecanismos de disciplinarização.

Como já indicado, a escola foi a instituição responsável pela moldagem das categorias modernas de homem e cidadão. A ela também foi delegada a tarefa de transmitir o legado cultural da humanidade. Num contexto de mudanças tão significativas, é fundamental pensar qual será o papel dessa instituição basilar no mundo moderno. A esse respeito algumas reflexões são fundamentais, a começar pelo fato de que a escola não tem necessariamente que “se encaixar” no mundo ou dar respostas a para este. A escola simplesmente *pertence* ao mundo.

Aqui cabe ressaltar, ademais, que o descompasso da escola não se dá apenas no campo da aplicação das novas tecnologias à prática escolar cotidiana. Fazer uso de novos equipamentos não é garantia de mudança significativa em seu modo de funcionamento.

A própria noção de que é importante o surgimento de uma “nova escola” para educar as próximas gerações é frágil, visto que até o conceito de geração é bastante problemático (VEIGA-NETO, 2003).

Numa sociedade em que a escola deixou de ser o lócus de produção e disseminação de conhecimento, é possível que outras instituições se lhe tornem concorrentes.

A internet através de suas redes sociais, mecanismos de busca, senhas, etc, é uma instituição cujos mecanismos fazem frente às funções que outrora pertenceram à escola. A novidade é que o controle que a internet é capaz de exercer pode prescindir do sequestro e do confinamento e ainda assim produzir subjetividade de forma bastante eficaz.

A sociedade disciplinar é aquela em que os indivíduos são capazes de discernir por si próprios, as maneiras corretas e incorretas de agir. Historicamente, as instituições que se encarregaram de produzir esta capacidade de autogovernar-se foram a família e a escola. Esta maquinaria de poder tinha no confinamento um de seus elementos fundamentais. Era importante que o homem moderno percebesse a linha que demarcava o espaço das instituições – “você não está mais na escola” (DELEUZE, 1992). Por trás desta estrutura política havia a intenção de fazer com que cada um se tornasse juiz de si mesmo. Assim, os indivíduos se tornariam capazes de subjugar a parte ainda não civilizada de seu comportamento (Veiga-Neto, 2003).

A escola gratuita e obrigatória foi a instituição encarregada da fabricação deste sujeito que emerge da consolidação do estado moderno. Foi através de um modelo baseado na imitação, reprodução e repetição que os dispositivos educacionais se constituíram.

Na sociedade de controle, o poder é exercido para além dos muros que definem as instituições da modernidade. Todos vigiam e controlam todos. A utopia de uma sociedade de cristal vai se tornando cada vez mais próxima da realidade. O poder não se encontra mais circunscrito aos muros de uma instituição.

A força da sociedade e o seu poder sobre os indivíduos agora se baseiam no fato de ela ser “não-localizável” em sua atitude evasiva, versatilidade e volatilidade, na imprevisibilidade desorientadora de seus movimentos, na agilidade de ilusionista com que escapa das gaiolas mais resistentes e na habilidade com que desafia expectativas e volta atrás nas suas promessas, quer declaradas sem rodeios ou engenhosamente insinuadas. A estratégia para lidar com um jogador tão evasivo e não confiável é derrotá-lo no seu próprio jogo. (BAUMAN, 2005, p. 58).

A educação no modelo disciplinar fornecia os elementos que de alguma forma davam ao indivíduo algum tipo de segurança em relação ao seu papel social. Havia um certo grau de estabilidade que permitia crer que o processo educacional havia sido concluído e que seria possível exercer uma profissão por um período razoável de tempo, quiçá pela vida inteira, realizando as mesmas tarefas.

A formação educacional no contexto das sociedades de controle nunca acaba. Basta observar a profusão de cursos de atualização e a necessidade quase insuportável de se atualizar e ser atualizado. Os sujeitos se tornam incapazes de concluir qualquer coisa. Predomina um sentimento de que sempre existem novos

desafios a serem superados. São muitos os que assinalam a brevidade das profissões no mundo contemporâneo; as ocupações passam a ter prazo de validade.

A principal força motora por trás desse processo tem sido desde o princípio a acelerada “liquefação” das estruturas e instituições sociais. Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para a fase “fluida”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Num ambiente fluido, não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 57).

Tudo isso é apresentado ao indivíduo como sinais de que na atualidade, vivemos de forma mais livre e autônoma do que em qualquer outra época da história da Humanidade. Os computadores e telefones celulares permitem a comunicação instantânea e viabilizam a busca por informações em tempo real. Além disso, dão ao homem “comum”, a possibilidade de ser não apenas consumidor de informação, mas também produtor e, eventualmente, formador de opinião.

As teorias pedagógicas apregoam a destruição do modelo autoritário de escola e a adoção de práticas mais democráticas de gestão. Estas ideias surgem como contraponto à escola tradicional que tinha o intuito de inculcar valores através dos quais se promovesse um apagamento das diferenças em prol de uma suposta unidade nacional que suplantaria as singularidades de raça, credo, idioma, etc. (BENEVIDES; MUNIZ NETO, 2011).

É para romper com este modelo que aparecem as pedagogias que defendem as pedagogias alternativas e/ou progressistas nas quais a centralidade da ação educativa é transferida para o aluno (BENEVIDES; MUNIZ NETO, 2011).

Estas novas práticas pedagógicas não conseguem, ao contrário do que parece, romper com as formas tradicionais de ensino, que aparecem de forma disfarçada. A escola continua a ser uma instituição cujo funcionamento depende da homogeneização de comportamentos. As pedagogias contemporâneas apenas mudam os procedimentos sem que a essência dos dispositivos de poder seja alterada.

Paradoxalmente, numa sociedade em que todos vigiam a todos e que é, ao mesmo tempo, pautada pela competição, a capacidade de autodisciplinar-se se

torna fundamental. Desta forma, pelo menos em tese, os indivíduos disciplinados terão mais chance de sucesso.

E autodisciplinar-se em uma sociedade em que as mudanças alcançaram uma velocidade jamais experimentada em outros períodos da história se torna um grande desafio. O investimento feito para atingir um determinado objetivo pode tornar-se inútil rapidamente.

Autoridades hoje respeitadas amanhã serão ridicularizadas, ignoradas ou desprezadas; celebridades serão esquecidas; ídolos formadores de tendências só serão lembrados nos quizz shows da TV; novidades consideradas preciosas serão atiradas nos depósitos de lixo; causas eternas serão descartadas por outras com a mesma pretensão à eternidade ( embora, tendo chamuscado os dedos repetidas vezes, as pessoas não acreditem mais); poderes indestrutíveis se enfraquecerão e se dissiparão, importantes organizações políticas ou econômicas serão engolidas por outras ainda mais poderosas ou simplesmente desaparecerão; capitais sólidos se transformarão no capital dos tolos; carreiras vitalícias promissoras mostrarão ser becos sem saída. Tudo isso é como habitar um universo desenhado por Escher, onde ninguém, em lugar algum, pode apontar a diferença entre um caminho ascendente e um declive acentuado.”(BAUMAN,2005, p. 58).

Pensar a escola no mundo contemporâneo implica em adequá-la às condições atuais, ao caráter cada vez mais veloz das mudanças, o que não significa abandonar a disciplina, uma vez que numa sociedade de cristal, ela será fundamental para que se obtenha sucesso. Trata-se de pensar o que a escola é hoje e como ela pode ser.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A percepção de que mesmo nas instituições aparentemente mais democráticas do mundo contemporâneo, as formas tradicionais de subjetivação estão presentes, quiçá até de forma mais intensa, dada a sua invisibilidade, pode nos fazer crer que não há possibilidade de constituição de subjetividades singulares, num contexto em que estamos cada vez mais controlados. Pensar qual será o futuro das instituições modernas, incluindo a escola, se torna um grande desafio na atualidade. Se as alternativas ao modelo disciplinar não fazem se não reproduzir de forma sutil os mecanismos de clássicos de controle, algumas questões se nos



impõem, das quais podemos destacar : Quais alternativas se apresentam para fugir aos processos de subjetivação em massa? Seria o caso de liquidar a escola ?

Apesar do aparente pessimismo dos pensadores que seguem a linha foucaultiana, a escola ainda é vista como uma instituição na qual existe a possibilidade de emergência de movimentos de resistência. É necessário produzir o encontro da diferença com aquilo que é produzido nos dispositivos educacionais.

E através da micropolítica, aquela situada na sala de aula e não nos parâmetros curriculares, nos ministérios e secretarias de educação, na macropolítica, portanto, que residem as possibilidades de produzir subjetividades singulares.

A escola não pode ser capturada pelos mecanismos de mercado e submergir à lógica empresarial. O que observamos atualmente é que o conhecimento teórico e interpretativo vem perdendo lugar para o imediatismo das necessidades constantes de formação.

É necessário pensar em uma educação menor. Por educação menor, entende-se uma educação de grande qualidade mas que é produzida ao nível micropolítico, nas franjas das grandes políticas educacionais. Essa é a educação capaz de produzir a diferença (BENEVIDES; MUNIZ NETO, 2011). E para a produção de singularidade é fundamental que esta educação menor não se solidifique em política pública, pois desta forma, ela perderia toda a capacidade de se reinventar.

Promover uma educação apta à reinvenção não é tarefa fácil. Até porque o período em que vivemos é de transição e mesmo em termos teóricos fazer qualquer tipo de previsão sobre o futuro das instituições características da sociedade moderna é no mínimo, arriscado.

Se estamos gerindo a agonia das instituições disciplinares até a instalação de novas forças, algumas questões se nos impõem. A primeira seria: Como fazer a gestão destas instituições em processo de ruína, uma vez que da sociedade em que vivemos não pode simplesmente liquidar estas instituições? A segunda é como “ocupar as pessoas” até que essas “novas forças” surjam e se consolidem?

Na literatura que serviu de base para este trabalho encontramos apenas algumas pistas que nos indicam possíveis encaminhamentos para estas questões.

No que toca especificamente à educação, sabemos que a escola com seus mecanismos característicos terá que ser capaz de acompanhar as mudanças de uma sociedade em que as relações se tornaram cada vez mais fluidas. Os resultados deste processo ainda estão por ser sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENEVIDES, P. S.; MUNIZ NETO, J. “**Educação, subjetivação e resistência nas sociedades de controle**”. ECOS, vol. 1, 2011
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: Nogueira, Maria Alice e CATANI, Afrânio. Escritos de educação. 3ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001 , p. 39-64
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia** – Ed. Ática – São Paulo, 2000.
- DELEUZE, G. (1992) “**Post-scriptum: sobre as sociedades de controle**”. In : Conversações. São Paulo: Trinta e quatro, p. 357-372.
- \_\_\_\_\_. **¿ Que é um dispositivo ?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.
- DUBET, F. “ **A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização**. Contemporaneidade e Educação, (1998) v.3, p. 27-33
- DUBET, F. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor** : entrevista com François Dubet. São Paulo, Revista Brasileira de Educação, n. 5, maio/ago. 1997, p. 222-31
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- HARDT, MICHAEL. **A sociedade mundial de controle**. In: Alliez ,Éric . Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000
- MUCHAIL, S. T. “**O lugar das instituições na sociedade disciplinar**”. In: Ribeiro, R.J ( organizador). Recordar Foucault. Rio de Janeiro: Brasiliense, p. 196-208. 1985.

NARDI, H. C.; SILVA, R.N. “ **A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização**”, 2004.

ORWELL, GEORGE. “ **1984**” – Companhia das Letras, São Paulo, 2009.

PATO, M. H. **Psicologia e Ideologia: Uma introdução crítica à psicologia escolar**. S.P., T.A Queiroz Editor- 1986.

RAMOS DO Ó, J. “**O governo do aluno na modernidade**”. Foucault pensa a educação: Segmento, p. 36-45, 2007.

ROSE, N.“**Governando a alma: a formação do eu privado**”. In: Silva, T.T. (org). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, p.-30-45, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (1995) “**O projeto educacional moderno: identidade terminal?**”. In: VEIGA-NETO, Alfredo. (org.) *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, p.245-260.

VEIGA-NETO, A. “**Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades**”. In: CASTELO BRANCO, G; PORTOCARRERO, V. (orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, p. 179-217, 2003.

VEIGA-NETO,A.” **Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade**”. In: Costa, M.V. (org) *A escola tem futuro ?* Rio de Janeiro: DP&A , 2003